

O protagonismo dos pais e alunos no desenvolvimento de uma gestão democrática?

Girlene Adriana Ciarnoski Borsoi*

Resumo

Em uma educação culturalmente centralizadora, o espaço para que pais e alunos possam participar ativamente das decisões costuma acontecer de forma lenta, pois a tendência é que tanto a direção da escola quanto os demais educadores mostrem-se um tanto fechados para essa mudança imaginando perderem o controle do espaço escolar e a autonomia na condução do processo educativo. Entende-se aqui como dever do Estado conscientizar os profissionais que atuam nas Unidades de Ensino Público para a abertura à democratização do processo educativo e à cooperação cidadã, tendo em vista os benefícios que terá a comunidade escolar neste contexto. Tendo como referencial teórico autores como Dagmar M. Zibas, Vitor Henrique Paro, Stephen Ball, entre outros, o estudo chama a atenção para a importância da participação da comunidade escolar no andamento diário das atividades durante o ano letivo a fim de proporcionar a democratização do processo pedagógico no intuito de se obter resultados de ensino/aprendizagem mais efetivos e significativos. Chamando a atenção para a integração de pais, alunos e escola, conclui-se que gestão democrática deve ser entendida como espaço de deliberação coletiva e precisa ser assumida como fator de melhoria da qualidade da educação e de aprimoramento e continuidade das políticas educacionais, enquanto políticas de Estado articuladas com as diretrizes nacionais para todos os níveis e modalidades de educação.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Escola. Pais. Alunos.

* Mestranda em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – *Campus* Joaçaba; Secretária de Educação, Cultura e Esporte pela Prefeitura Municipal de Tangará, SC; girleneborsoi@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania. Tanto quanto um direito, a educação é definida como dever: direito do cidadão – dever do Estado. A Constituição Federal, em seu artigo 205, diz com muita clareza: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a elaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Também o artigo 6º da mesma Constituição fala da educação como primeiro direito social: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

A educação deve primar por uma sociedade melhor e mais justa. Sabemos o quanto aspectos da vida cultural, social e política da comunidade interferem no cotidiano escolar, e que sua aprendizagem não se restringe apenas às salas de aula. As ações diárias que ocorrem na escola, portanto, não prescindem do envolvimento da comunidade, de sua participação responsável nas decisões e ações educacionais. É desejável que as ações pedagógicas possam ser desenvolvidas em conjunto com a comunidade, pois é essa parceria é essencial para que os educadores enfrentem novos desafios, reduzam as desigualdades e construam um Projeto Político Pedagógico de forma realmente democrática.

Esta comunicação atenta-se para a importância da participação dos pais e alunos no andamento diário das atividades durante o ano letivo a fim de proporcionar a democratização do processo pedagógico no intuito de se obter resultados de ensino/aprendizagem mais efetivos e significativos e foi organizada por meio de um referencial teórico bastante rico de pesquisadores em educação e defensores da importância que tem a participação da comunidade escolar no desenvolvimento do processo educativo diário.

Gestão é uma expressão que ganhou força, com o passar do tempo, nos mais variados setores da sociedade. Verificou-se que o papel de um diretor deveria ser substituído pelo do gestor que incentiva o trabalho em equipe, a divisão de responsabilidades e as decisões em conjunto fazendo a diferença no resultado final. Na educação não foi diferente, pois se percebeu que a participação da comunidade escolar no andamento diário do ano letivo proporciona

a democratização do processo pedagógico no intuito de se obter resultados de ensino/aprendizagem mais efetivos e significativos.

A expressão *gestão educacional*, comumente utilizada para designar a ação dos dirigentes surge, por conseguinte, em substituição a *administração educacional*, para representar não apenas novas idéias, mas sim um novo paradigma, que busca estabelecer na instituição uma orientação transformadora, a partir da dinamização de rede de relações que ocorrem, dialeticamente, no seu contexto interno e externo. Não se trata, apenas, de simples substituição terminológica, baseada em considerações semânticas. Trata-se, sim, da proposição de um novo conceito de organização educacional. A gestão, ressalte-se, não se propõe a depreciar a administração, e sim a redimensioná-la, no contexto de uma concepção de mundo e de realidade caracterizado pela visão da sua complexidade e dinamicidade pela qual as diferentes dimensões e dinâmicas são utilizadas como forças na construção da realidade e sua superação, sem precisar reinventar a roda. (HELOISA LÜCK, 2009).

Enfoca-se a gestão escolar participativa, salientando que uma boa administração deve ser democrática envolvendo os integrantes da comunidade no planejamento, nas decisões e na execução das atividades escolares. A partir dessas considerações, pode-se afirmar que o processo educacional não cabe somente aos educadores, mas também aos pais, membros da comunidade e governantes. Estes, por sua vez, devem formar um todo na solução dos problemas do meio educacional. Propõe-se o envolvimento de todos os integrantes da escola na efetivação do processo de participação que integre a família, a escola e a comunidade.

A participação se concretiza a partir do momento em que existe o trabalho integrado no processo decisório, em que todos os elementos comprometidos com a educação devem estar voltados aos interesses da unidade escolar.

Participar significa engajar-se, comprometer-se, buscar espaço para agir em prol de uma modificação da escola e, conseqüentemente, do processo educativo. Assim, a administração processa-se na inserção de todos os segmentos da sociedade, fazendo-os sentir que sua efetiva participação contribui com a construção de uma escola pública adequada e preocupada com as reais necessidades da população.

2 EDUCAÇÃO: ESPAÇO DE DEMOCRACIA

A tendência é que tanto direção quanto educadores mostrem-se um tanto fechados para o trabalhar democrático, imaginando perderem o controle do espaço escolar e a autonomia na condução do processo educativo. Entende-se aqui como dever do Estado conscientizar os profissionais que atuam nas Unidades de Ensino Público para a abertura à democratização do processo educativo e a cooperação cidadã, tendo em vista os benefícios que terá a comunidade escolar neste contexto.

A gestão democrático-participativa é parte integrante da Constituição de 1988. Não se muda, no entanto, uma concepção de um dia para outro. O que se vê na maioria das escolas ainda é uma direção autoritária, resistente até certo ponto da participação dos pais, dos alunos e da comunidade em geral. Segundo Paro (1987) “Ao se distribuir autoridade entre os vários setores da escola, o diretor não estará perdendo poder – já que não se pode perder o que não se tem - mas dividindo responsabilidade. E, ao acontecer isso, quem estará ganhando poder é a própria escola.” Quando a escola está organizada com a sociedade que faz parte dela, sua voz fica mais fácil de ser ouvida, pois são inúmeras pessoas em prol de um mesmo objetivo que é a defesa dos interesses educacionais de uma classe trabalhadora e de muitas famílias que querem sempre o melhor para a educação de seus filhos.

A democracia na escola por si não tem significado, ela só tem sentido se vinculada a uma percepção de democratização da sociedade. O gestor escolar deve possuir habilidade para organizar equipes de trabalho que integrem pais e alunos na construção de uma administração que se preocupe, antes de qualquer coisa, em garantir a qualidade social da educação; que tenham consciência que o Projeto Político Pedagógico deve ser construído coletivamente; que a formação e a participação ativa, especialmente das APPs e dos Conselhos Escolares, são importantíssimos para incentivar a inserção no processo de democratização do ambiente escolar.

É na escola que muitas famílias depositam a expectativa da realização do sonho de um futuro de oportunidades de trabalho para seus filhos. E muitas destas famílias são parceiras da escola em que eles estudam, auxiliando nos diversos programas e projetos realizados pela Instituição de Ensino. A participação, o trabalho coletivo, a representatividade e o sentimento de res-

ponsabilidade pelo oferecimento do ensino com qualidade fazem da família uma parceira incondicional, verdadeiros protagonistas do processo de ensino/aprendizagem. Segundo Ribas Júnior:

O termo “protagonismo” refere-se a nossa capacidade de participar e influir no curso dos acontecimentos, exercendo um papel decisivo e transformador no cenário da vida social. Exercer o protagonismo significa não ser indiferente em relação aos problemas de nosso tempo. (2004, p. 3).

O protagonismo tanto de pais quanto de alunos é peça importante no êxito da escola de que fazem parte, pois contribui de maneira a modificar os rumos da mesma, aproximando o corpo docente do discente e da comunidade escolar em geral a fim de unirem-se em prol de um mesmo objetivo: contribuir para que a escola alcance uma educação de qualidade e com o desenvolvimento do ser humano em um ambiente acolhedor e de respeito mútuo.

Tal protagonismo tem a intenção de contribuir com uma educação mais solidária e cidadã o que não exime a responsabilidade do Estado em oferecer qualidade de ensino, espaço físico adequado, capacitação continuada aos profissionais da educação, além de proporcionar projetos de superação destas e outras dificuldades encontradas na longa caminhada com vistas à conclusão dos estudos de todos os estudantes que necessitarem.

Participar ativamente do dia-a-dia escolar significa envolver-se em prol de uma política educativa que procura abraçar as semelhanças e as diferenças com igualdade e equidade de deveres e direitos, trabalhando a cidadania de forma a fazer valer a democracia também no âmbito escolar.

A participação se concretiza a partir do momento em que existe o trabalho verdadeiramente integrado no processo decisório, em que todos os elementos comprometidos com a educação devem estar voltados aos interesses da unidade escolar.

Participar, como já se referiu na introdução deste trabalho, significa engajar-se, comprometer-se, buscar espaço para agir em prol de uma modificação da escola e, conseqüentemente, do processo educativo. Assim a administração processa-se na inserção de todos os segmentos da sociedade, porém, priorizando a participação dos pais e alunos, os quais são os atores principais desse con-

texto, fazendo-os sentir que sua efetiva participação contribui na construção da Escola Pública adequada às reais necessidades da população.

Utilizando a definição de Fábio Ribas Júnior. (2004, p. 3) quando diz que o protagonismo juvenil é a participação consciente dos adolescentes em atividades ou projetos de caráter público, que podem ocorrer no espaço escolar ou na comunidade no que diz respeito a campanhas, movimentos, trabalho voluntário ou outras formas de mobilização fortalecemos a ideia de que são ferramentas essenciais para contribuir para a melhoria do ambiente que estudam, e conseqüentemente, no seu próprio sucesso escolar.

Segundo o mesmo autor, os jovens transcendem o universo de seus interesses puramente particulares e se defrontam com questões de interesse coletivo, exercitando sua cidadania como forma de desenvolvimento da experiência democrática em suas vidas.

A juventude atual nasceu, cresceu e se desenvolveu na era da informática e das mais variadas tecnologias, em uma época que puderam interagir nos diálogos em casa em meio aos adultos, com muito mais liberdade para colocar seu ponto de vista diante de algo que acreditavam ser certo ou errado e que queriam mostrar-se a favor ou contrários sobre tal assunto ou acontecimento. Essa liberdade em participar da vida adulta é que motiva a grande parte dos jovens em acreditarem que podem contribuir para fazer diferente e melhor no dia a dia escolar, auxiliando para o bom andamento das atividades.

Organizações como os grêmios estudantis podem mostrar sua representatividade de forma organizada, opinando e apontando projetos que venham de encontro com o planejamento anual da Instituição de Ensino em que estudam e, juntamente com o gestor, procurar métodos que propiciem o ensino/aprendizagem de forma prazerosa, tanto para os educadores quanto para os educandos.

O protagonismo juvenil proporciona maior responsabilidade dos adolescentes e jovens com o ambiente escolar do qual fazem parte. São agentes do processo educativo e valorizam muito mais a escola e o que ela pode contribuir com seu futuro. Além disso, a família é fator importantíssimo e, portanto, essencial no desenvolvimento da sociabilidade, da afetividade e do bem-estar físico dos indivíduos. (SILVA; LIMA, 2009, p. 241).

Dagmar Zibas (2004, p. 27) resalta que as mudanças propostas na legislação dos anos 1990, no que se referia à descentralização da gestão, autonomia

administrativa, financeira e pedagógica das escolas e avaliação externa do rendimento dos alunos, esperar-se-ia que as famílias e comunidade participassem da organização, do financiamento e da direção de cada instituição, visando tanto à “otimização” de recursos quanto a melhoria de qualidade da educação oferecida. Dividindo, assim, as conquistas e a responsabilidade da qualidade de ensino, tendo a família como uma das protagonistas do processo de ensino/aprendizagem, o governo compartilha os méritos e os fracassos com o ensino público, descentralizando deveres e democratizando a escola.

Todos os conselhos, clubes e associações escolares são de igual importância para a dinâmica escolar: conselhos escolares, APPs, Conselhos Deliberativos, Amigos da Escola, Grêmios estudantis, Clubes de Mães, Escola de Pais, entre outros; pois todos possuem o objetivo principal de contribuir para encontrar caminhos que propiciem a qualidade de ensino da instituição.

A verdadeira integração entre família e escola acontece quando as associações existentes no espaço educativo exercerem seu papel de forma ativa e constante, participando do desenvolvimento de projetos pedagógicos, assembleias de pais, conselhos de classe participativos, formulação do PPP escolar anual, promoções e eventos culturais e/ou comemorativos, propiciando o envolvimento tanto no processo pedagógico intraescolar quanto no que se refere a integração e ao lazer.

No passado das escolas, a direção tinha total controle sobre os caminhos da instituição. Hoje, nos deparamos com um grande desafio que requer gestores escolares, parceria escola/família, alunos conscientes, participantes e ativos no processo, pensando na democracia, cidadania e educação de qualidade em que o coletivo é mais relevante do que o individual. Segundo Zibas (2004, p. 12-13):

Em uma visão mais integradora, pode-se dizer que o protagonismo dos alunos e dos pais deveria ser o elemento nuclear da gestão pedagógica da escola. Ou seja, a reforma dos anos 1990 propôs o incentivo a um tipo de autonomia gestonária que deve privilegiar a participação dos alunos, de suas famílias e da comunidade. Embora o chamamento dos pais e da comunidade não seja novo no cenário educacional brasileiro. [...] a emissão de diferentes documentos oficiais – tanto em nível federal quanto nos Estados – explicam e valorizam essa participação, argumentando que é por meio dela que cada unidade escolar democratiza sua gestão cumpre efetivamente sua função, tornando-se um espaço pedagógico atraente e desafiador para os jovens, com vistas ao seu progresso

intelectual, social e afetivo e, ainda, um espaço democrático, confiável e culturalmente rico para os pais e para a comunidade, com vistas a um intercâmbio fecundo entre a escola e o seu entorno.

Ainda segundo a autora:

O protagonismo dos estudantes e de suas famílias constitui, pois, um objeto multifacetado, carregado de significados pedagógico e político, e, portanto, potencial catalisador de conflitos, de simulações e omissões, mas também potencial estimulador de ricos desdobramentos democráticos. (ZIBAS, 2004, p. 7).

Deve-se atentar para o comentário de Fábio Ribas Júnior., quando lembra os escritos de, Paulo Freire em que sublinhava que a educação libertadora como aquela que ajuda as pessoas a serem sujeitos de sua própria história e a transformar as circunstâncias da realidade quando ela se antepõe ao pleno desenvolvimento humano.

A escola deve ser vista como um lugar em que a família participa por gosto e não por obrigação e onde a participação é vista, também, como uma questão que diz respeito à razão e a afetividade.

Mesmo que muitas famílias sofram dos males da instabilidade, de carências básicas e de um ambiente de desagregação, o protagonismo na escola acontece como uma intervenção que resulta da responsabilidade partilhada pelo futuro de seus filhos ou, no caso dos alunos, de si mesmos. Sabemos que nem sempre é fácil e simples quebrar os muros da escola e convidar a comunidade para participar ativamente do processo educativo.

O artigo 15 da LDB/1996 diz que o Estado deve garantir progressivamente a autonomia pedagógica, administrativa e financeira das escolas, como condição basilar para a democratização da gestão. E democratização quer dizer abertura à participação da comunidade. Esse conceito apresenta-se carregado de significado político e pedagógico. Perante este contexto é importante frisar que a escola precisa se mostrar aberta ao protagonismo de pais e alunos, oferecendo condições para acontecer e, cabe a micropolítica escolar, propiciar essa abertura.

Cada Unidade Escolar possui uma realidade própria trabalhando diariamente num conjunto de pontos positivos e negativos. Ambos podem ser vistos em situações cotidianas do ambiente escolar como a chegada de um novo diretor,

a forma de administrar, a maneira como ocorrem as reuniões pedagógicas e assembleias de pais, as tomadas de decisões, a distribuição dos recursos, como são organizadas as promoções escolares, as mostras científicas, as confraternizações, entre outros. Em meio a todo este conceito, pretensões de representatividade começam a surgir: Associações de Pais e Professores, Conselhos Escolares, Conselhos Deliberativos, Grêmios Estudantis, Clube de Mães, dando início a formação de conceitos políticos que podem explicar a realidade escolar de forma distinta ou parecida em cada escola. Neste sentido, Ball (2007) explicita que:

O processo de traduzir políticas em práticas é extremamente complexo; é uma alternância entre modalidades. A modalidade primária é textual, pois as políticas são escritas, enquanto que a prática é ação, inclui o fazer coisas. Assim, a pessoa que põe em prática as políticas tem que converter/transformar essas duas modalidades, entre a modalidade da palavra escrita e a da ação, e isto é algo difícil e desafiador de se fazer.

A micropolítica tampouco pode descuidar a brecha que habitualmente se abre entre a macropolítica, as orientações políticas dirigidas a todo o sistema escolar, e a vida diária da escola. Zibas, investiga essas orientações, tantas vezes condicionadas pelos organismos internacionais e pelas ideologias dominantes no mundo ocidental e analisa a reforma educacional dos anos 1990 como a abertura para a formação de parcerias entre família e escola.

Aplicar micropolíticas que façam valer a democracia nas escolas não é tão simples de fazer na prática quanto se apresenta na teoria. Elas se distinguem de escola para escola devido à realidade de cada uma quanto à diversidade cultural e financeira, ideologia, poder, conflitos, participação e controle administrativo. O tamanho da escola e a região de procedência dos alunos também são aspectos importantes para entendermos a forma de andamento das atividades da Unidade Escolar.

La comprensión del modo como las escuelas cambian (o permanecen iguales), y por lo tanto de los límites e posibilidades prácticas de desarrollo educativo, debe tomar en cuenta procesos intraorganizacionales. Esto es particularmente crucial al examinar las evoluciones que se relacionan con el logro de una educación más igualitaria, más justa y más eficaz (BALL, 1989).

O modo de dirigir a escola faz a diferença quanto a sua organização, às mudanças cotidianas que ocorrem e como estas são criticadas ou defendidas por seus integrantes e pela comunidade local.

A ideia defendida por Stephen Ball é a da elaboração de uma sociologia coerente da organização escolar que, na maioria dos casos, apresenta-se de forma fracassada com relação a reconhecer a escola como uma organização em que os todos seus integrantes possuam participação ativa nas decisões, a fim de juntos, respeitosamente, buscarem a qualidade de ensino tão almejada por todas as instituições de ensino. A existência de conflitos é comum em qualquer organização, visto que as opiniões se divergem, e o papel do líder torna-se essencial para encaminhar a discussão de forma a chegar em um consenso positivo para o bom andamento da escola. Mas enquanto houver essa ausência ou a falta de abertura para opiniões e o diretor ser visto, ainda, como um membro principal da escola, a ideia, enquanto organização, apresenta-se distante do real significado de socialização.

Aqui a definição feita por Hoyle e citada no livro de Ball (1989) sobre micropolítica se faz conveniente. “Hoyle definiu la micropolítica como las estrategias con las cuales los individuos y grupos que se hallan em contextos educativos tratan de usar sus recursos de poder e influencia a fin de promover sus intereses.”

Segundo Ball (2007), os professores trazem suas experiências e histórias de vida relacionadas à escola e ao currículo. Em alguns casos, tratar-se de um professor muito inexperiente, que acha muito difícil apropriar-se desse processo de atuação. Este é um processo social e pessoal, mas é também material, na medida em que as políticas têm de ser “representadas” em contextos materiais. Se você tem uma escola com muitos recursos e muito dinheiro, professores experientes, alunos cooperativos, a “atuação” torna-se um pouco mais fácil do que na situação em que temos alunos com enormes dificuldades de aprendizagem, poucos recursos, instalações precárias e professores inexperientes; então, todo o processo é diferente. Políticas, principalmente educacionais, são pensadas e em seguida escritas com relação às melhores escolas possíveis (salas de aula, universidades, faculdades), com pouco reconhecimento de variações de contexto, em recursos ou em capacidades locais.

Porém, a micropolítica da escola não tem, ainda, um desenvolvimento considerável; seu campo de estudo não está bem delimitado, tampouco estão

seus métodos de investigação, mas, nos poucos anos transcorridos desde sua aparição, tem tido a virtualidade de descobrir aspectos importantes da vida da escola: a existência do conflito interno, o enramado de relações de poder entre os diversos sujeitos, as estratégias expressas ou tácitas dos grupos de interesse, a inter-relação entre as autoridades da escola e os diferentes níveis da administração da educação; em suma, um conjunto de fatores que enriquecem o espaçoso campo da organização escolar. Tudo isto explica porque a seção monográfica da Revista Ibero-americana de Educação se ocupa deste tema.

Os estudos micropolíticos da educação tendem, às vezes, a ser fragmentários. Existe, aqui, um notável esforço por apresentar o que hoje constitui um *corpus* de conhecimentos, talvez porque a análise utiliza como fio condutor o que certamente será o eixo cardinal desta nova disciplina: as relações de poder dentro da escola como núcleo central da micropolítica à participação dos alunos em sua própria educação, na vida acadêmica, na gestão administrativa, e, em definitivo, na micropolítica da escola.

Pensando no espaço e na realidade vivenciada por muitas e muitas escolas em que a comunidade escolar, em sua maioria, apresenta-se passiva ao que lhes é dito pelos dirigentes escolares e professores, ou que se revoltam e revidam as ofensas e cobranças recebidas é que leva-se a acreditar que a escola pode ser acolhedora, mediadora e facilitadora do saber. Segundo Guedes da Silva (2008), quando a comunidade ultrapassar os muros da escola, acreditando que pode ampliar a sua forma de participação e determinar uma nova relação com o espaço público, contribuirá para a construção de uma escola que vá ao encontro dos anseios e interesses também da classe trabalhadora. Uma escola que coopera para a formação de um homem criativo, crítico e construtivo, um cidadão que protagonizado sua história por meio de pais e alunos, são peças integrantes da instituição e fundamentais para seu funcionamento e sucesso escolar.

A micropolítica não se esgota na consideração da escola como instituição, nem na vida educativa nas salas de aula. As relações da escola com as autoridades educativas constituem outra parte importante desta disciplina, especialmente se a gestão das escolas não é somente administrativa, mas política. Este é o enfoque adotado pela professora Ezpeleta (1997) para analisar os problemas que apresenta a gestão das escolas de multigradação no México, partindo de uma experiência muito interessante: a atenção à escola rural por “instrutores comunitários.”

Krawczyk (1999), alerta para a necessidade de uma política de gestão escolar voltada para a consolidação de um sistema educativo articulado entre as proposições da política educativa e sua concretização na atividade escolar. Só assim será possível aproximar as intenções democratizantes enunciadas das práticas político-educativas. Para tanto é preciso definir metas e estratégias a fim de construir propostas de gestão no intuito de criar e recriar práticas escolares condizentes ao que propõe a Constituição Federal de 1988, artigo 206, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, artigo 14, e o Estatuto da Criança e Adolescente – Lei n. 8.069/90, artigo 53.

Portanto, a gestão democrática deve ser entendida como espaço de deliberação coletiva e precisa ser assumida como fator de melhoria da qualidade da educação e de aprimoramento e continuidade das políticas educacionais, enquanto articuladas com as diretrizes nacionais para todos os níveis e modalidades de educação.

3 CONCLUSÃO

A função social da educação escolar pode ser vista no sentido de um instrumento de diminuição das discriminações, igualdade e equidade de direitos e oportunidades. Por isso é tão importante e necessária a função do Estado, com a colaboração da família e da sociedade. Nesse sentido é que a gestão democrática se faz necessário para que toda a comunidade escolar tenha oportunidade de fazer frente às dificuldades, desafios e conquistas de uma educação com qualidade. O artigo 14 da LDB relata: “Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica [...]”.

É essencial ver a educação como popular, entendendo a escola como centro aberto à comunidade e não como um espaço fechado, trancado a sete chaves, objeto de possessismo da diretora ou do diretor, que gostariam de ter sua escola virgem da presença ameaçadora de estranhos como relata Paulo Freire (2001, p. 49). Na atualidade o sentido da palavra diretor se distancia da função escola/ família/ comunidade e cada vez mais a palavra *gestor* torna-se fundamental para que a educação seja vista e trabalhada como um bem público onde a família e a comunidade devam participar do processo educativo. A escola é uma instituição de serviço público que se distingue por oferecer o ensino como um bem público. Ela não é uma empresa de produção ou uma loja de vendas.

A participação se concretiza a partir do momento em que existe o trabalho integrado no processo decisório, em que todos os elementos comprometidos com a educação devem estar voltados aos interesses da unidade escolar.

Assim, a gestão democrática é, antes de tudo, uma abertura ao diálogo e a busca de caminhos mais coerentes. Para buscar soluções à temática apresentada é preciso, antes de tudo, conscientizar dirigentes políticos, escola e comunidade de que a democracia no âmbito educacional só ocorrerá se houver autonomia nos processos de tomada de decisões, escolha de dirigentes escolares, e na construção do Projeto Pedagógico envolvendo todos os segmentos da comunidade na definição da aplicação dos recursos recebidos pela escola, além da conscientização, principalmente de pais e alunos, de que eles podem e devem participar ativamente do sistema de ensino de que estão inseridos, independentemente do grau de escolaridade que possuem ou da classe social a que pertencem. E devem ser ouvidos e respeitados como parceiros importantes, pois uma boa administração deve ser democrática envolvendo os integrantes da comunidade em que está inserida.

O processo educacional não cabe somente aos educadores, mas também aos pais, membros da comunidade e governantes; estes, por sua vez, devem formar um todo na busca da solução das inúmeras dificuldades e desafios encontrados frequentemente do meio educacional.

Abstrat

In a culturally centralized education, space for parents and students to actively participate in decisions usually happens slowly, because the tendency is that both the school board and other educators will prove somewhat closed for this change imagining losing control of the school and autonomy in the conduct of the educational process. Understand here as the duty of the awareness of professionals working in the units of the Government to open the democratization of the educational process and citizen cooperation, given the benefits that will have the school community in this context. The theoretical framework authors as Dagmar M. Zibas, Vitor Henrique Paro, Stephen Ball, among others, the study draws attention to the importance of community participation in school activities of daily progress during the school year to provide the democratization of

educational process in order to obtain results teaching / learning more effective and meaningful. Calling attention to the integration of parents, students and school, it was concluded that democratic administration should be understood as a space for collective deliberation and must be assumed as a factor in improving the quality of education and improvement of educational policies and continuity, while State policies articulated with the national guidelines for all levels and forms of education.

REFERÊNCIAS

ALVES, Miriam Fábria; ALVES, Edson Ferreira. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, DF: CNTE, v. 4, n. 7, p. 259-269, jul./dez. 2010.

BALL, Stephen. **La micropolítica de la escuela: hacia una teoría de la organización escolar**. Barcelona: Paidós, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Imprensa Oficial, 1988.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

BALL, Stephen J. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 1 abr. 2011.

_____. **Reunião Anual da British Educational Research Association (BERA) – “Associação Britânica de Pesquisa Educacional”**. Inglaterra: Instituto de Educação da Universidade de Londres, set. 2007.

EZSPELETA, Justa. **Revista Iberoamericana de educação**. N. 15, set./dez. 1997. Disponível em: <www.campus-oei.org/publicações>. Acesso em 1 abr. 2011.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LÜCK, Heloisa. **A evolução da gestão educacional a partir de mudança paradigmática**. 2009 . Disponível em: <<http://progestaoead.files.wordpress.com>>. Acesso em: 1 jun. 2011.

KRAWCZYK, Nora R. **A gestão escolar: Um campo minado...** Análise das propostas de 11 municípios brasileiros. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n67/v20n67a04.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2011.

KRAWCZYK, Nora R.; VIEIRA, Vera L. **A reforma educacional na América Latina: uma perspectiva histórico-sociológica**. São Paulo: Xamã VM Editora, 2008.

PARO, Vitor Henrique. A utopia da gestão escolar democrática. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 60, p. 51-53, fev. 1987.

RIBAS, Fábio Júnior. **Educação e Protagonismo Juvenil**. Disponível em: <www.prattein.com.br>. Acesso em 1 abr. 2011.

SILVA, Maria Vieira; LIMA, Lucianna Ribeiro de. A participação da família na escola: contribuições à democratização da gestão”. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, DF: CNTE, jan./jul., 2009. v. 3, n. 4, p. 239-252.

SILVA, Nilson Robson Guedes. A participação da comunidade na gestão escolar: dádiva ou conquista? **Revista de Educação da Anhanguera Educacional**. v. 9, n. 9, 2006. Disponível em: <<http://sare.unianhanguera.edu.br/index.php/reduc/issue/view/14/showc>>.

ZIBAS, Dagmar M. L.; FERRETTI, Celso; TARTUCE, Gisela Lobo. **O protagonismo de alunos e pais no ensino médio**. São Paulo: FCC/DPE, 2004.

Recebido em 23 de outubro de 2011

Aceito em 21 de dezembro de 2011

